O TRABALHO COMO PROCESSO EDUCATIVO E AUTOGESTIONÁRIO: UM ESTUDO DE CASO NA CANTINA SABORES DE VILA FELIZ (IEPS/UEFS)

WORK AS AN EDUCATIONAL AND SELF-MANAGEMENT PROCESS: A CASE STUDY AT THE SABORES DE VILA FELIZ CAFETERIA (IEPS/UEFS)

EL TRABAJO COMO PROCESO EDUCATIVO Y DE AUTOGESTIÓN: UN ESTUDIO DE CASO EN LA CANTINA «SABORES DE VILA FELIZ» (IEPS/UEFS)

10.56238/IICONEDUCA-061

José Raimundo de Oliveira Lima
Professor, Doutorado e Pós-doutorado em Educação e Contemporaneidade
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Thiago Valério dos Santos
Graduando do Curso de Ciências Contábeis
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
E-mail: tvaleriosantos@gmail.com

Rebeca Carneiro da Silva
Graduanda do Curso de Ciências Econômicas
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
E-mail: rebecasilva7474@gmail.com

Yasmin Mota dos Santos
Graduanda do Curso de Ciências Econômicas
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
E-mail: yasminmota675@gmail.com

RESUMO
Esta pesquisa discute sistematicamente as práticas de autogestão em iniciativas de economia popular e solidária, focando na experiência educativa de incubação junto ao projeto Cantina Solidária Sabores da Vila Feliz, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A problematização em torno da autogestão se manifesta no grupo de mulheres nas mais diversas ações do processo de trabalho cotidiano, ao tempo em que expõe seus desafios e potencialidades. Nosso objetivo foi analisar a dinâmica desse trabalho coletivo observando as práticas que demonstram manifestações de autogestão. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa desenvolvida na disciplina de Economia Popular e Solidária, articulada ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (GEPOSDEL/CNPq) e ao Programa de Extensão Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária (IEPS/UEFS). Além dos encontros temáticos em formato de seminário realizados mensalmente, realizamos revisão de literatura, entrevistas semiestruturadas com as trabalhadoras em processo de incubação durante o ano de 2026. Os resultados destacam a relevância

do apoio do Programa Incubadora, a apropriação dos conceitos de autogestão e os impactos do trabalho associado bem distribuídos na vida pessoal das integrantes. Evidenciaram-se, ao longo do processo, os mecanismos locais de resolução de conflitos e o elevado nível de satisfação com a iniciativa coletiva. Conclui-se que a autogestão é exercida cotidianamente por meio de reuniões colegiadas, votações, uso de aplicativos de mensagens para deliberações e divisão horizontal de tarefas. O suporte contínuo, bem como a cobrança por ele, da IEPS/UEFS mostrou-se essencial para a sustentabilidade e o fortalecimento decisório do grupo. Assim, o projeto se configura não apenas como fonte de renda, mas como espaço de educação popular, resistência e transformação social, reafirmando a economia popular e solidária como uma economia das diversas dimensões da vida, alternativa crítica e viável no enfrentamento ao modelo capitalista.

Palavras-chave: Autogestão. Economia Popular e Solidária. Incubação Universitária. IEPS/UEFS. Trabalho Associado.

ABSTRACT

This research systematically discusses self-management practices in popular and solidarity economy initiatives, focusing on the educational experience of incubation with the Cantina Solidária Sabores da Vila Feliz project at the State University of Feira de Santana (UEFS). The problematic surrounding self-management manifests within this women's group across diverse actions of their daily work process, while simultaneously exposing its challenges and potentials. Our objective was to analyze the dynamics of this collective work by observing the practices that demonstrate manifestations of self-management. Methodologically, it is a qualitative study developed within the Popular and Solidarity Economy undergraduate course, articulated with the Study and Research Group on Popular and Solidarity Economy and Local Development (GEPOSDEL/CNPq) and the Incubator Extension Program for Popular and Solidarity Economy Initiatives (IEPS/UEFS). In addition to the monthly thematic seminar-style meetings, we conducted a literature review and semi-structured interviews with the workers undergoing the incubation process during the year 2026. The results highlight the relevance of the Incubator Program's support, the appropriation of self-management concepts, and the well-distributed impacts of associated work on the members' personal lives. Throughout the process, local conflict resolution mechanisms and a high level of satisfaction with the collective initiative were also evidenced. The study concludes that self-management is practiced daily through collegiate meetings, voting processes, the use of messaging applications for routine deliberations, and a horizontal division of tasks. The continuous support from IEPS/UEFS, as well as the group's demands for it, proved essential for the sustainability and decision-making empowerment of the group. Thus, the project is configured not only as a source of income but as a space for popular education, resistance, and social transformation, reaffirming the popular and solidarity economy as an economy encompassing the diverse dimensions of life—a critical and viable alternative to the capitalist model.

Keywords: Self-management. Popular and Solidarity Economy. University Incubation. IEPS/UEFS. Associated Work.

RESUMEN

Esta investigación discute sistemáticamente las prácticas de autogestión en iniciativas de economía popular y solidaria, enfocándose en la experiencia educativa de incubación del proyecto Cantina Solidária Sabores da Vila Feliz en la Universidad Estatal de Feira de Santana (UEFS). La problematización en torno a la autogestión se manifiesta en el grupo de mujeres en las más diversas acciones del proceso de trabajo cotidiano, exponiendo al mismo tiempo sus desafíos y potencialidades. Nuestro objetivo fue analizar la dinámica de este trabajo colectivo observando las prácticas que demuestran manifestaciones de autogestión. Metodológicamente, se trata de una investigación

cualitativa desarrollada en la disciplina de Economía Popular y Solidaria, articulada al Grupo de Estudios e Investigaciones sobre Economía Popular y Solidaria y Desarrollo Local (GEPOSDEL/CNPq) y al Programa de Extensión Incubadora de Iniciativas de Economía Popular y Solidaria (IEPS/UEFS). Además de los encuentros temáticos en formato de seminario realizados mensualmente, realizamos revisión de literatura, entrevistas semiestructuradas con las trabajadoras en proceso de incubación durante el año 2026. Los resultados destacan la relevancia del apoyo del Programa Incubadora, la apropiación de los conceptos de autogestión y los impactos del trabajo asociado bien distribuidos en la vida personal de las integrantes. Se evidenciaron, a lo largo del proceso, los mecanismos locales de resolución de conflictos y el alto nivel de satisfacción con la iniciativa colectiva. Se concluye que la autogestión se ejerce cotidianamente por medio de reuniones colegiadas, votaciones, uso de aplicativos de mensajes para deliberaciones y división horizontal de tareas. El apoyo continuo, así como la exigencia del mismo, de IEPS/UEFS se mostró esencial para la sustentabilidad y el fortalecimiento decisorio del grupo. Así, el proyecto se configura no solo como fuente de ingresos, sino como espacio de educación popular, resistencia y transformación social, reafirmando la economía popular y solidaria como una economía de las diversas dimensiones de la vida, alternativa crítica y viable en el enfrentamiento al modelo capitalista.

Palabras clave: Autogestión. Economía Popular y Solidaria. Incubación Universitaria. IEPS/UEFS. Trabajo Asociado.

1 INTRODUÇÃO

Em que pesem os altos custos sociais e econômicos, o processo de globalização criou mecanismos de comunicação e de difusão de diversas práticas entre sociedades distintas no contexto capitalista contemporâneo. Nesse modelo, a competição constitui um princípio fundamental. Embora, *a priori*, devesse concentrar-se nas grandes empresas para equilibrar os diversos atores do sistema — como a oferta e a demanda —, ela acaba afetando toda a cadeia produtiva. Essa dinâmica gera concorrência em diferentes níveis, implicando a impossibilidade de sobrevivência da pequena produção e eliminando os considerados "vencidos" ou desalentados. Ou seja, as relações sociais e econômicas passam a ser condicionadas por uma lógica de disputa, transformando a competição em um fim em si mesmo (Singer, 2001).

Com efeito, diante dos problemas estruturais e sociais decorrentes da competição excessiva, principalmente entre aqueles que não podem e nem têm como competir, mas sim solidarizar-se ou cooperar, emergiram alternativas voltadas à geração de trabalho e renda para sujeitos situados à margem ou excluídos do mercado. Dentre essas iniciativas, destacam-se aquelas integradas pela economia popular e solidária (Goerck; Fraga, 2010).

No Brasil, as práticas de economia popular e solidária vêm, ao longo do tempo, se aperfeiçoando e buscando atualizar-se na resolução de problemas locais, além de impulsionar políticas públicas e alternativas institucionais, como a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (Lisboa, 2005; Filho, 2007). De acordo com o Boletim da SENAES (2026), a aprovação da Lei nº 15.068/2024, denominada Lei Paul Singer, juntamente com o Decreto nº 12.784/2025, que a regulamenta, permite que as redes de economia solidária ampliem o acesso às políticas públicas por meio de termos de fomento, ações educativas e instrumentos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar e das cooperativas no país.

A cooperação, a autogestão e a solidariedade constituem pilares da economia popular e solidária, sobretudo por caracterizarem um trabalho associado e coletivo. Tais pilares representam a base de sustentação de diversas famílias, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos cooperativos no território (Senaes, 2025). Nesse sentido, Azambuja (2009) ressalta que a economia solidária não deve limitar-se à oferta de condições de trabalho, mas também promover o desenvolvimento e o aprimoramento dos valores e princípios de seus membros, orientando suas práticas e atividades.

Dentre os princípios da economia solidária, destaca-se a autogestão, visto que as mudanças nas formas de trabalho e na organização produtiva do capitalismo exigem discussões que busquem alternativas ao mercado e possibilitem uma melhor compreensão da autogestão solidária (Silva *et al.*, 2026). Além disso, faz-se necessária uma construção coletiva que incentive práticas solidárias e

participativas, promovendo a autonomia dos grupos (Verardo, 2003). Nascimento (2008), ao mencionar os estudos de Alain Guillerm e Yvon Bourdet, afirma que o termo "autogestão" foi criado na França a partir de processos políticos, econômicos e sociais ocorridos no contexto de crise da organização do trabalho. No âmbito da economia solidária, Faria (2017) destaca que a ideia de autogestão vem sendo utilizada de forma incorreta em diversas iniciativas, as quais muitas vezes apenas aplicam preceitos isolados sem adotar o modelo como um todo. Para Tauile e Debaco (2004), a autogestão no Brasil encontra-se em estágios iniciais, apesar de não ser uma ideia nova, e busca devolver a autonomia aos trabalhadores que enfrentam dificuldades diante das imposições do capitalismo.

A autogestão possui relevância inegável nas discussões acerca da economia solidária, sobretudo por seu caráter amplo e por sua inserção em um cenário marcado pela desigualdade social. Nas universidades públicas, os projetos de extensão são essenciais para promover a aproximação com a comunidade, justamente por seu forte potencial de transformação social. Nesse contexto, as incubadoras populares assumem papel relevante ao surgirem da necessidade de contribuir para o fortalecimento de iniciativas solidárias, além de favorecerem o desenvolvimento social, cultural e econômico, bem como a produção de conhecimento acadêmico (Amaral; Webering, 2022).

Este recorte de pesquisa se deteve a analisar o trabalho/educação na Cantina do Módulo 1 da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que vivencia um processo educativo de trabalho mediado pela Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária[1] (IEPS). Essa incubadora desenvolve ações de pesquisa e extensão voltadas ao incentivo de grupos solidários na geração de trabalho e renda. O sujeito desta investigação foi o grupo "Sabores de Vila Feliz", responsável pela gestão da referida cantina em sua quinta edição. O coletivo é composto por mulheres moradoras da comunidade de Vila Feliz, situada no distrito de Tiquaruçu, em Feira de Santana (IEPS, 2024).

Dessa forma, a presente investigação mostra-se relevante por contribuir para as discussões acerca da economia popular e solidária, especialmente no que se refere à autogestão como prática organizativa em iniciativas ou empreendimentos coletivos vinculados ao contexto universitário e comunitário. Embora existam pesquisas sobre economia solidária e cooperativismo, ainda se observa uma lacuna no que diz respeito à compreensão das experiências concretas de autogestão em grupos

[1] Para fins deste trabalho, as expressões "economia solidária" e "economia popular e solidária" serão utilizadas de maneira intercambiável e sinônima. Essa escolha justifica-se pela convergência teórica latino-americana que enxerga na economia popular o terreno material de sobrevivência e reprodução das classes populares, e na economia solidária os princípios políticos e organizativos de cooperação e autogestão. Conforme apontam autores como Sena (2026) e as diretrizes do MTE/SENAES, os termos unificam-se em uma mesma práxis de resistência ao capital e inclusão socioprodutiva de grupos vulneráveis.

incubados por universidades públicas, sobretudo em iniciativas locais como a Cantina Sabores de Vila Feliz da UEFS.

Esta pesquisa mostra-se importante ao evidenciar as dinâmicas coletivas presentes nessa iniciativa popular, contribuindo tanto para o fortalecimento acadêmico das discussões sobre economia popular e solidária, quanto para a valorização de práticas sociais voltadas à geração de trabalho e renda. Diante disso, destaca-se a seguinte questão-problema: de que forma a autogestão se manifesta na Cantina Sabores de Vila Feliz e quais desafios e potencialidades ela apresenta no contexto da Economia Popular e Solidária? Para responder a esse questionamento, o estudo tem como objetivo analisar o processo de autogestão vivenciado por esse grupo.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo compõe-se de um referencial teórico categorizado nas seguintes temáticas: "Autogestão e organização coletiva", "Economia popular e solidária, exclusão social e trabalho feminino" e "Incubadoras universitárias e apoio às iniciativas populares solidárias". O trabalho apresenta, ainda, os aspectos metodológicos, seguidos pelos resultados e discussões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AUTOGESTÃO E ORGANIZAÇÃO COLETIVA

A economia solidária apresenta-se como uma alternativa ao capitalismo, especialmente por seu potencial de inclusão social, emancipação econômica, geração de renda e transformação das estruturas organizacionais (Santos, 2025). O autor alerta para o risco de utilização dessa ideia de forma desvinculada de seus princípios originais, o que alteraria seus objetivos e práticas, tornando necessário monitorar e observar as ações desenvolvidas. Além disso, elementos como a interdependência, a reciprocidade e a autogestão são fundamentais para compreender a economia solidária em sua forma genuína, mesmo que não ocorram de forma explícita (Oliveira, 2024).

A autogestão, em especial, revela-se como um princípio estruturante dessa modalidade econômica, pautada em valores éticos e morais voltados à solidariedade. Essa base possibilitou a emergência de alternativas frente às conjunturas socioeconômicas contemporâneas, além de favorecer a reorganização de movimentos sociais e de diferentes entidades da sociedade civil (Medeiros *et al.*, 2022). Nesse contexto, a solidariedade apresenta-se como contraponto à lógica capitalista — frequentemente associada à fragmentação da classe trabalhadora —, contribuindo para a reconfiguração das práticas sindicais existentes (Amaral Júnior, 2009). Além disso, esses princípios também se manifestam em espaços regionais e em práticas educativas no âmbito da economia popular

e solidária, operacionalizados por ferramentas como a roda de conversa em atividades de ensino, pesquisa, extensão e incubação (Lima, 2020).

Esses valores solidários encontram expressão concreta em diferentes modelos organizativos, como o cooperativismo, o associativismo, os bancos comunitários e a criação de moedas sociais (Benini; Benini, 2010). Entre esses arranjos, as cooperativas se destacam pela prática da autogestão como elemento central. Lima e Carvalho (2026) ressaltam que o fortalecimento dos princípios cooperativistas, a exemplo da intercooperação, é essencial no cenário globalizado; contudo, faz-se necessária uma integração e implementação adequada desses preceitos.

Segundo Souza (2026), a economia solidária faz-se presente em cooperativas de reciclagem, especialmente por meio da promoção da inclusão social e produtiva, bem como da adoção de práticas de autogestão na organização do trabalho. O autor destaca, ainda, que muitas dessas iniciativas se desenvolvem em contextos marcados pela marginalização e pela resistência territorial, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas à consolidação de modelos sustentáveis para os grupos envolvidos.

Veronese e Salvagni (2025) afirmam que as iniciativas de economia solidária digital, geralmente constituídas por pequenos grupos sociais e cooperativas, têm buscado utilizar a tecnologia como instrumento de divulgação e organização das atividades. Nesse processo, esses coletivos desenvolvem formas próprias de gestão, estabelecendo regras e limites voltados à melhoria das condições de trabalho.

A autogestão, a economia solidária e o associativismo apresentam forte correlação, atuando conjuntamente na construção de relações coletivas mais justas, fundamentadas na cooperação e na solidariedade (Oliveira *et al.*, 2024). Nesse sentido, Oliveira e Clemente (2023) destacam que o associativismo rural articulado à economia solidária possibilita aos pequenos produtores — frequentemente limitados pelas dificuldades de inserção no mercado — melhores condições de produção e comercialização. Essa articulação também fortalece a agricultura familiar ao consolidar práticas horizontais de planejamento e ajuda mútua no campo.

O estudo evidencia que a economia solidária e seus princípios cardeais — como a cooperação e a autogestão — vão além da dimensão econômica, configurando-se também como práticas sociais e políticas fundamentadas na participação coletiva e na solidariedade. As diferentes experiências apresentadas demonstram a importância dessas iniciativas na promoção da inclusão social, no fortalecimento comunitário e na construção de alternativas organizacionais frente às desigualdades produzidas pelo sistema capitalista, ainda que enfrentem desafios relacionados à sustentabilidade, às políticas públicas e à preservação de seus preceitos originais.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA, EXCLUSÃO SOCIAL E TRABALHO FEMININO

Para Singer (2002), a economia solidária emerge como uma proposta contra-hegemônica e alternativa ao modelo capitalista de produção, este último caracterizado por métodos de trabalho individualistas, competitivos e orientados exclusivamente à maximização do lucro. Em contrapartida, o modelo solidário fundamenta-se em um modo de produção coletivo e igualitário, no qual os próprios trabalhadores possuem autonomia para gerenciar democraticamente os empreendimentos, priorizando a construção de um ambiente laboral socialmente justo, saudável, sustentável, sem violência de classe ou de qualquer ordem(física, psicológica, imposição do trabalho exaustivo ou insalubre, entre outras formas).

Esse modelo produtivo não apenas assegura a democratização do **ambiente laboral**, mas também fomenta a educação e o aprimoramento profissional contínuo. Uma vez que o objetivo reside em qualificar os sujeitos para o mercado de trabalho e para a autogestão administrativa, a prática beneficia tanto o desenvolvimento do empreendimento solidário, quanto os indivíduos integrados cooperativamente nesse processo (Azambuja, 2009).

De acordo com Filho e Cunha (2009), durante a crise da década de 1980, milhares de trabalhadores perderam seus empregos no Brasil. Nesse cenário, a economia solidária ganhou destaque por meio da criação de associações e cooperativas de caráter autogestionário.

A maioria dos indivíduos inseridos nessas iniciativas encontra-se à margem do mercado de trabalho formal, historicamente excluída em decorrência da escassez de qualificação profissional, das disparidades socioeconômicas e do baixo índice de escolaridade. Diante desse cenário de vulnerabilidade e exclusão, a Economia Solidária atua estrategicamente na geração de oportunidades de trabalho e renda, visando mitigar os impactos de tais assimetrias estruturais (Singer, 2004).

Nesse cenário, evidencia-se a relevância do trabalho feminino, frequentemente invizibilizado, marginalizado e subvalorizado por construções sociais que historicamente associam o papel da mulher à esfera doméstica e aos cuidados familiares. A Economia Solidária desempenha um papel emancipatório fundamental ao conferir protagonismo às mulheres em espaços de autogestão, pois possibilita o rompimento do isolamento no ambiente do lar, capacitando-as para o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais no âmbito dos empreendimentos coletivos (Nobre, 2003).

Segundo Oliveira (2008), o avanço das mudanças tecnológicas, sociais e políticas impulsiona a busca por alternativas capazes de suprir necessidades sociais e econômicas, dinâmica que pode ser observada na formação de grupos de mulheres organizadas em iniciativas solidárias.

Como expressão prática desse arcabouço teórico, cita-se o projeto da Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária (IEPS), vinculado à Universidade Estadual de Feira de Santana

(UEFS). A atuação da IEPS é observável na Cantina Sabores de Vila Feliz, situada no Módulo 1 do campus, onde um grupo de 12 mulheres desenvolve atividades laborais coletivas, acompanhadas de perto pela equipe multidisciplinar da incubadora. A dinâmica de trabalho e os processos autogestionários estruturam-se a partir da divisão equitativa de tarefas, que englobam desde a produção culinária até a gestão das demandas administrativas cotidianas.

2.3 INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS E APOIO ÀS INICIATIVAS POPULARES SOLIDÁRIAS

As Incubadoras de Empreendimentos Solidários constituem alternativas desenvolvidas em universidades públicas brasileiras com o objetivo de auxiliar e apoiar grupos de economia solidária, de modo que consigam cumprir seu propósito social (Rodrigues; Soglia; Veloso, 2024). Nesse sentido, Oliveira *et al.* (2022) destacam que a economia solidária desempenha papel fundamental no desenvolvimento social. Os autores defendem que disciplinas relacionadas ao tema sejam mais estimuladas nos cursos de graduação e pós-graduação, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão, a fim de incentivar a produção de trabalhos científicos.

A extensão universitária na América Latina vem ganhando destaque com a implementação das incubadoras populares em diversas universidades públicas, possibilitando que estudantes e professores atuem na promoção de cooperação, solidariedade e democracia (Dagnino, 2012). No Brasil, a primeira incubadora foi criada na década de 1980, com incentivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de editais voltados ao desenvolvimento de propostas tecnológicas (Quaresma *et al.*, 2024). Além disso, de acordo com Azevedo *et al.* (2016), as incubadoras estão presentes em todas as regiões do país, todavia, o maior número encontra-se nas regiões Nordeste e Sudeste.

Sobre a dinâmica das incubadoras, principalmente as populares, dentre as características do processo de incubação, destaca-se o caráter multidisciplinar das equipes formadas por professores e estudantes, no caso da IEPS/UEFS com participação também da comunidade em sua composição. Essa composição possibilita a ampliação do conhecimento e a valorização tanto do saber formal, quanto do saber popular, sem que um seja considerado superior ao outro (Murad; Abreu, 2016). Além disso, os núcleos de incubação buscam integrar os três pilares básicos da universidade — ensino, pesquisa e extensão — em suas ações, sendo imprescindíveis no auxílio à construção da gestão e da organização das atividades desenvolvidas pelos coletivos acompanhados (Pereira; Silva, 2024).

As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares contaram, ao longo dos anos, com diversas fontes de financiamento, dentre as quais universidades públicas, editais governamentais e

centros de fomento à pesquisa. Destaca-se também o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), regulamentado pelo Decreto nº 7.357/2010. Entretanto, diversas ações foram interrompidas ao longo do tempo, especialmente em decorrência de instabilidades políticas e sociais, o que impactou o desenvolvimento das iniciativas voltadas a essa perspectiva (Costa; Dias; Silva, 2023).

As cooperativas populares que passam pelo processo de incubação constituem formas de emancipação popular, viabilizando a geração de renda, a inclusão social e a integração entre os cooperados, com potencial para transformar suas realidades (Souza *et al.*, 2024). Sob esse prisma, a incorporação dos princípios cooperativistas — a exemplo da intercooperação — fortalece a promoção da solidariedade e o enfrentamento de desafios coletivos (Lima; Carvalho, 2026).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi desenvolvida como proposta de construção de conhecimentos e saberes na disciplina Economia Popular e Solidária, vinculada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UEFS, com a participação de discentes dos cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Justifica-se a escolha da cantina do Módulo 1 da UEFS pela acessibilidade e pelo vínculo pedagógico propiciado pela disciplina, o que permitiu a observação do modelo de autogestão dentro do próprio campus universitário. Ademais, a iniciativa visa preencher uma lacuna acadêmica ao evidenciar a práxis dessa dinâmica autogestionária.

Os estudos e análises foram parametrizados a partir da seguinte questão-problema: “De que forma a autogestão se manifesta na **Cantina Sabores de Vila Feliz** e quais desafios e potencialidades ela apresenta no contexto da economia solidária?”. Para responder a esse questionamento, definiu-se como objetivo geral analisar como ocorre o processo de autogestão na referida cantina, configurando-se como um estudo de caso de natureza qualitativa. Para a construção da problemática e fundamentação teórica, realizaram-se debates e seminários em sala de aula e na Incubadora, mediados pelo docente e pelos discentes, tomando como base referenciais sobre economia popular e solidária, bem como experiências acompanhadas pela **IEPS/UEFS**. Complementarmente, realizou-se pesquisa bibliográfica por meio de artigos científicos e publicações disponíveis no Google Acadêmico e site da Incubadora, além dos textos disponibilizados na componente curricular.

As colaboradoras da pesquisa que vivenciam o processo autogestionário na **Cantina Sabores de Vila Feliz** são oriundas do distrito de Tiquaruçu, localizado na zona rural de Feira de Santana – BA, a 25 Km da UEFS. O perfil social do grupo é marcado pelo cenário de desemprego e vulnerabilidade socioeconômica, incluindo a realidade de mães solo na chefia dos lares. Essas mulheres encontram-se

vinculadas à **IEPS/UEFS**, que atua como agente mediador e pedagógico da iniciativa popular solidária. O ingresso no projeto ocorre por meio de processo seletivo público, regido por edital institucional, no qual a incubadora avalia os critérios de elegibilidade socioeconômica do grupo.

A partir das discussões desenvolvidas ao longo da disciplina, elaborou-se um roteiro de entrevista semiestruturada composto por cinco questões, aplicadas mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram conduzidas pelos próprios discentes da componente curricular.

Com base nos relatos de experiência e nas entrevistas realizadas em maio de 2026, foi possível aprofundar a compreensão acerca da problemática investigada, bem como alcançar os objetivos da pesquisa voltada a analisar como ocorre o processo de autogestão na Cantina Sabores de Vila Feliz, desenvolvida no âmbito das atividades da disciplina. Diante do referencial teórico discutido e das reflexões construídas em sala de aula, estruturou-se um instrumento de coleta de dados baseado nas perguntas apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1. Perguntas realizadas nas entrevistas.

	Perguntas
1º	Como vocês conheceram a incubadora universitária da UEFS e de que forma receberam o apoio inicial para criar ou assumir a cantina?
2º	Quais eram as percepções de vocês sobre a Economia Solidária e autogestão?
3º	Para além da forma de trabalho na cantina, de que forma a experiência com autogestão está influenciando a vida pessoal de vocês fora do ambiente universitário?
4º	Quais mecanismos ou combinados internos vocês usam para resolver eventuais conflitos, decisões de gestão no trabalho, ou divergências de opinião entre si?
5º	Qual seu nível de satisfação em relação aos frequentadores do espaço: professores, estudantes e servidores da instituição e visitantes externos? (Baixo, médio ou alto)

Fonte: autores (2026), perguntas elaboradas com base em reflexões construídas em sala de aula.

Com efeito, para a análise, interpretação e tratamento dos dados qualitativos coletados, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo. O procedimento consistiu na transcrição integral das falas de dez entrevistadas, permitindo o aprimoramento do material empírico. O confronto direto entre a teoria e a prática viabilizou a interpretação crítica das reais manifestações, desafios e potencialidades da autogestão no cotidiano da cantina, cujos resultados são apresentados a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao realizar a análise das respostas das entrevistadas referente à pergunta “Como vocês conheceram a incubadora universitária da UEFS e de que forma receberam o apoio inicial para criar ou assumir a cantina?”, é possível observar que, inicialmente, elas tomaram conhecimento do projeto da cantina, e não diretamente sobre a atuação da IEPS/UEFS. Verificou-se que o acesso ao projeto se

deu a partir de relações comunitárias e interpessoais. As entrevistadas — identificadas por códigos (E1, E2, etc.) para a preservação de suas identidades, conforme previsto no TCLE — relataram que foram convidadas a participar por meio de familiares, vizinhas ou até mesmo pela presidente da associação da comunidade. Para ilustrar essa dinâmica, foram destacadas duas respostas referentes a esse primeiro questionamento.

E3: “Foi uma associação lá, a associação que viu a data de inscrição pra sortear aqui na UEFS a cantina, aí a gente foi sorteada. Assim que a gente precisar deles, eles tá junto a gente e agradecer a Deus que a gente tem esses 4 anos, se não a gente estava dentro de casa desempregada.”

E7: “Eu conheci através da presidente da associação da minha comunidade. O apoio, a gente recebeu apoio desde que a gente veio visitar o projeto, que ele deu um suporte pra quando precisasse perguntar, tirar dúvidas, eles sempre nos apoiaram nessa questão, né? Apoio a qualquer hora que a gente precisar. Sempre constante o apoio da incubadora, graças a Deus”

Quanto ao apoio inicial recebido, as respostas indicam uma percepção amplamente positiva da atuação da incubadora, uma vez que as participantes destacam o acompanhamento contínuo da equipe composta por professores e bolsistas, responsáveis pelo esclarecimento de dúvidas e suporte na gestão das atividades da cantina. O apoio não é descrito apenas como uma intervenção pontual durante a implantação, mas como um processo permanente. Nesse sentido, falas como “Sempre constante o apoio da incubadora, graças a Deus” (E7) demonstram que as entrevistadas percebem a incubadora como uma parceira ativa no desenvolvimento e na sustentabilidade do projeto.

Os resultados sugerem que o sucesso da gestão da cantina está fortemente associado ao estabelecimento de relações de confiança. Paralelamente, o suporte contínuo oferecido pela incubadora configura-se como um fator essencial para a consolidação do empreendimento, contribuindo para sua sustentabilidade e para a permanência dos participantes na atividade econômica. De acordo com Cançado (2004), a autogestão tem como característica fundamental a constituição de cooperativas e empreendimentos populares. Desse modo, com o intuito de compreender as percepções das entrevistadas acerca da economia popular e solidária e da autogestão, destacam-se as seguintes respostas:

E1: “Antes não, tá tendo agora, mas antes não tinha. Algumas coisas mudaram, fui vendo as meninas falarem, aí fui tendo a noção”.

E3: “Todo mundo trabalha junto, uma ajuda a outra até chegar de nós ir embora”.

E5: “Não, aos pouquinhos é que a gente está aprendendo, que a gente tá sempre participando de cursos e eles estão sempre falando sobre essa pauta da economia solidária”.

E6: “Muito bom, né? Cada dia uma experiência nova. A gente vai aprendendo, né, com os clientes aqui, os clientes gostam, a gente vai, né, pegando um pouquinho e aí vai tomando um pouquinho para conquistar o público, né?”.

E8: “Não, eu nunca pensei muito nisso, não. Nós sempre falamos sobre associação em relação a trabalhar junto lá, mas nunca pensei bem nisso, não. Depois que eu entrei aqui, é que eu fui saber o que é a economia solidária em relação à zona rural, para expandir a nossa alimentação, o que a gente produz. Aí eu passei a entender, mas no começo eu não entendia muito não”.

A partir dos relatos de E1, E5 e E8, é possível compreender que o entendimento acerca da economia solidária não antecede a inserção das mulheres na cantina; pelo contrário, ele é construído gradualmente no cotidiano da iniciativa. Esse aprendizado processual ocorre tanto pela socialização entre os pares (“vendo as meninas falarem”, como cita E1) quanto pelas ações formativas promovidas pela incubadora (“participando de cursos”, segundo E5). A fala de E3, por sua vez, traduz a autogestão em termos práticos de cooperação e ajuda mútua no ambiente de trabalho. Essa dinâmica corrobora a tese de que a economia solidária se constitui como um processo educativo de trabalho, onde os sujeitos adquirem ferramentas de emancipação e novos saberes teóricos e práticos à medida que vivenciam a cooperação diária.

Segundo Cançado (2004), a autogestão trata-se de um modo de organização do trabalho no qual os meios de produção pertencem à equipe, eliminando a tradicional separação entre a concepção e a execução das tarefas. O relato “Todo mundo trabalha junto, uma ajuda a outra…” (E3) concretiza essa horizontalidade no cotidiano do empreendimento.

Ao contrastar essa realidade com o referencial teórico, percebe-se que a construção desse modelo organizacional não ocorre de maneira estática, mas sim como um processo contínuo. O depoimento de E1 evidencia essa transição ao apontar que “algumas coisas mudaram” à medida que observava a dinâmica do grupo: “fui vendo as meninas falarem, aí fui tendo a noção”. Esse entendimento assimilado pela entrevistada reflete a desconstrução da lógica capitalista tradicional. A partir do momento em que observa as companheiras participarem ativamente das decisões, ocorre um rompimento com a passividade da mera execução de tarefas.

Tal dinâmica é reforçada pela fala de E2 ao mencionar que o cotidiano se organiza a partir de diálogos constantes. Sob o olhar de Cançado (2004), a eliminação da separação entre planejar e executar depende de uma comunicação direta. O fato de as deliberações ocorrerem de forma dialogada e integrada à rotina produtiva demonstra que a tomada de decisões na Cantina Sabores de Vila Feliz não se restringe a uma mera execução, rompendo com a rigidez das estruturas hierárquicas convencionais.

Entretanto, a autogestão altera a relação do grupo com o ambiente externo. A resposta da E6 traz uma perspectiva rica sobre essa abertura ao afirmar que vivencia "cada dia uma experiência nova" e que vai "aprendendo com os clientes". Na autogestão, o coletivo possui a autonomia necessária para absorver as demandas externas e reconfigurar o seu próprio trabalho de maneira flexível. Essa capacidade de adaptação consolida-se na narrativa de E7, que define a experiência como "um aprendizado, na verdade, um aprendizado". Portanto, o ambiente laboral deixa de ser apenas uma fonte de subsistência e assume um papel central na produção de novos saberes.

Em suma, a partir dos relatos coletados nas entrevistas, observa-se que a autogestão se constitui como uma prática viva e pulsante no cotidiano do grupo. Conforme apontam as entrevistadas — em especial E5 e E8 —, o entendimento acerca do tema deixa de figurar como uma imagem abstrata veiculada pela mídia ou restrita exclusivamente ao universo rural, passando a se materializar na rotina do trabalho coletivo. Essa dinâmica corrobora a perspectiva de Cançado (2004) sobre o modelo organizacional autogestionário, no qual ocorre a unificação entre a execução das tarefas e os processos de tomada de decisão. Ao incentivar o intercâmbio contínuo de vivências, as integrantes compartilham saberes mútuos, transformando o espaço da cantina em um ambiente dinâmico de formação e autonomia cooperativa.

Ademais, o processo de autogestão envolve um esforço adicional por parte dos trabalhadores, no qual se deixa a hierarquia e a competitividade profissional de lado e foca-se no trabalho coletivo, com o intuito de que todos participem de forma igualitária e positiva no empreendimento (Singer, 2002). A partir disso, para obter uma resposta acerca dessa temática, foi realizada a seguinte pergunta: "Para além da forma de trabalho na cantina, de que forma a experiência com autogestão está influenciando a vida pessoal de vocês fora do ambiente universitário?", a fim de compreender como funciona na prática a rotina e a vivência delas dentro e fora do campus. Desse modo, destacam-se algumas respostas sobre esse terceiro questionamento:

E1: "Assim está mudando nossa vida, a gente já vai fazendo alguma coisa aqui enquanto tem algo pra fazer."

E4: "Por que agora assim, eu agora que cuido da minha casa porque eu sou mãe solo né, então eu que gerencio tudo, o que entra e o que sai."

E7: "Muitas coisas que acrescentam muito na vida pessoal, né? Principalmente a parte de conviver e também a parte que você pode dar uma melhoria melhor à sua família, uma perspectiva melhor financeira, né? Um trabalho em si, remuneração do salário é totalmente diferente do trabalho daqui. É a perspectiva né?"

E8: “[...] depois que nós passamos aqui, passou a sair, mesmo em pouquinho, a gente consegue já vender as mercadorias que a gente trabalha e que mainha planta, que mainha ama plantar. Através dela também eu também acabo indo né? Aí acaba vendendo. Então aqui me ensinou isso, que a gente pode comercializar nosso próprio produto da roça. A pimenta mesmo lá, às vezes, toda pimenta acabava perdendo, aí gente tira, porque mainha fala que o pé morre, né? Aí nós tira tudinho pra o pé não morrer. Mas não vendia, agora não, aí eu aprendi que a gente pode comercializar nossos próprios produtos.”
E9: “Influência muito, principalmente na questão de convivência. Primeiro na questão do trabalho, que eu sempre trabalhei em carteira assinada, essas coisas né? É totalmente diferente do nosso trabalho aqui. Aqui nós somos totalmente responsáveis por tudo, né? Primeiramente começando na questão do trabalho, depois na questão da convivência mesmo com a família, a gente muda, porque a convivência ensina muito, a experiência é muito extensa. A gente convive com praticamente 10, 9 pessoas, que são 10 do grupo, né? São 10 pessoas, a gente convive com pessoas totalmente diferentes, né? A gente nunca conviveu e a questão do trabalho em si aqui, cada um é responsável uma pela outra praticamente, né? Aqui é um grupo onde não temos patrões e somos nossos patrões e todo mundo tem patrão. Um é patrão do outro, um é empregado do outro e assim vai. É totalmente diferente da experiência que eu tive antes, que eu trabalhava como vendedora de loja, tinha patrão pra mandar, pra a gente só obedecer. Aqui não, a gente tem que correr atrás de tudo, é totalmente diferente.”

É perceptível como a incubadora impacta positivamente a vida dessas mulheres, não apenas no âmbito profissional da cantina, mas ampliando suas trajetórias pessoais. A experiência traz benefícios que vão além da vivência cotidiana, aprimorando também o conhecimento e o desenvolvimento para a vida econômica delas (Gaiger, 2006). Nesse viés, como foi citado por uma das entrevistadas (E8), o processo de autogestão a ajudou de forma positiva a comercializar os produtos da roça. Esse exemplo mostra como o aprendizado se expandiu para além do campus, valorizando a agricultura familiar rural.

Os empreendimentos não fazem parte da economia solidária apenas por serem informais, uma vez que, ao estarem inseridos nessa corrente, devem praticar a autogestão de forma que todos exerçam a democracia na gestão (Singer, 2003). Para Verardo (2003), a autogestão se efetiva quando exercida por todos os integrantes de maneira democrática, sendo fundamentais o direito de votar e ser votado, a participação direta e indireta, e a existência de mecanismos democráticos na tomada de decisões. Assim, destacam-se algumas respostas referentes à quarta questão:

E3: “Tem coisa que eu vejo, só que eu faço que não vejo, porque eu preciso pagar minha água, minha luz, minha internet, tenho meus 4 filhos pra assumir, tá entendendo? Aí eu faço de conta que não tô vendo [...]”

E4: “As decisões geralmente é em conjunto. When a gente vai tomar uma decisão, alguém dá uma sugestão e o restante opina sim ou não, faz uma votação e o maior voto vence pra sim ou pra não. Mas a gente se dá de boa, às vezes existe né o conflito, mas é tranquilo, é normal”

E5: “É complicado, eu acho que antes era pior, hoje a gente melhorou bastante. Agora quando não tem jeito, aí precisa parar mesmo, fazer reunião, e aí discutir sobre aquele assunto, se não der pra discutir leva um pouquinho mais pra frente e aí quando não dá mesmo a gente pede ajuda quando tem reunião com a incubadora, aí coloca o assunto e aí tenta resolver, e assim vai”

E8: “Aqui, se a gente começa aqui termina logo aqui. Uma fala, outra fala e aí a gente acaba e costuma resolver logo. Eu sou do tipo que falo bastante, então. Aí dois, três querem. Então nós vamos para o voto. A maioria depois. E por voto, por exemplo tem alguma coisa né, aí duas, três querem e concordam e as outras não concordam, então nós vamos pra o voto, e a maioria vence. Aí, cada uma vai ter que dizer assim, no caso, por que quer ou por que não quer, por que concorda ou não concorda. E aí a gente vai debater e encontrar a melhor solução. Mas a maioria sempre vence.”

E9: “Na verdade, não são nem só 5 são 10 mulheres, são 5 de manhã e 5 de tarde, nós tá tudo interligada. Já pensou em 10 mulheres juntas? Mas a gente consegue resolver de boa, sempre decide em reunião quando tem precisão, quando tem alguma coisa assim pra resolver a gente faz a reunião e resolve de boa.”

Ao serem questionadas sobre os mecanismos ou combinados internos utilizados para resolver conflitos, decisões de gestão e divergências de opinião, as participantes indicaram, de forma recorrente, a realização de reuniões presenciais e a adoção da votação majoritária como principais estratégias. Além disso, destaca-se o uso de grupos em aplicativos de mensagens como canal complementar para deliberações cotidianas, revelando uma adaptação às dinâmicas contemporâneas de comunicação sem perder a essência coletiva e solidária do empreendimento. De acordo com Singer (2007), a economia solidária pode apresentar contradições e conflitos entre iguais; entretanto, isso faz parte do processo, uma vez que a cooperação, a autogestão e os princípios da solidariedade não excluem diferentes crenças e opiniões na construção coletiva do trabalho.

Ainda sobre os mecanismos de gestão de conflitos, uma fala se destaca pela sua singularidade: “Tem coisa que eu vejo, só que eu faço que não vejo [...] porque eu preciso pagar minha água, minha luz [...] tenho meus 4 filhos pra assumir” (E3). Essa postura revela uma estratégia de silenciamento diante das divergências, motivada, conforme a própria participante indica, pela pressão da necessidade econômica imediata, o que limita sua margem de atuação dentro do coletivo. Esse receio em se posicionar pode evidenciar uma tensão na apropriação dos princípios que orientam a economia solidária. Diferentemente das relações hierárquicas capitalistas, nas quais os conflitos são

administrados verticalmente e os trabalhadores ocupam posições subordinadas, o modelo solidário pressupõe a participação ativa, o diálogo e a corresponsabilidade. Nesse sentido, evitar o enfrentamento dos conflitos indica a permanência de valores oriundos da economia de mercado, marcados pela obediência e pelo medo da perda da renda.

Assim, a fala da entrevistada sugere que a construção da autogestão não ocorre de maneira automática com a inserção em um empreendimento solidário, mas exige processos contínuos de formação e fortalecimento dos princípios de cooperação, participação democrática e gestão compartilhada. Contudo, como afirmam Soares, Rebouças e Lázaro (2024), os conflitos e sua mediação fazem parte do processo autogestionário, sendo ineficiente anulá-los, uma vez que enfrentá-los de forma aberta contribui para o desenvolvimento dos sujeitos e o fortalecimento das redes de economia solidária.

Ao responder à questão, uma das entrevistadas destaca a composição do grupo: “Na verdade, não são nem só 5, são 10 mulheres, são 5 de manhã e 5 de tarde, nós tá tudo interligada. Já pensou em 10 mulheres juntas? Mas a gente consegue resolver de boa” (E9). A participante evidencia que a diversidade de turnos e de vivências representa um desafio à gestão coletiva, ao mesmo tempo em que reconhece a capacidade do grupo de superar essas diferenças. As divergências são inerentes a qualquer coletivo, uma vez que cada sujeito é constituído por trajetórias e ritmos distintos, ainda que inseridos em uma mesma comunidade. Entretanto, para que essas diferenças não se tornem obstáculos ao objetivo comum, é necessário que sejam continuamente reconhecidas e trabalhadas, o que pode ser alcançado com a adoção de uma lógica de trabalho que inclua processos participativos de decisão, expansão e incentivo à melhoria contínua (Oliveira, 2013).

A atuação da incubadora pode ser observada em uma das falas: “[...] aí quando não dá mesmo, a gente pede ajuda quando tem reunião com a incubadora, aí coloca o assunto e aí tenta resolver, e assim vai” (E5). Essa fala evidencia o papel da incubadora no processo de orientação e mediação das iniciativas solidárias, funcionando como instância de apoio quando os mecanismos internos de resolução de conflitos se mostram insuficientes. Essa assistência relaciona-se diretamente com a natureza multidisciplinar das incubadoras universitárias, que permite acompanhar o desenvolvimento dos empreendimentos de forma mais ampla e contextualizada. Como apontam Calbino e Paula (2012), as incubadoras possuem papel essencial nesse processo, especialmente porque devem proporcionar uma construção diferente dos empreendimentos convencionais, buscando ressignificar conceitos e práticas já estabelecidos. Assim, a mediação de conflitos configura-se como mais uma das atribuições da incubadora no fortalecimento da autogestão solidária.

No ambiente de autogestão, surge a satisfação com o trabalho a partir do momento em que a atividade deixa de ser pautada pela imposição externa e passa a ser conduzida pela capacidade de controle sobre a própria produção. Ao serem questionadas sobre o grau de satisfação na **Cantina Sabores de Vila Feliz**, as respostas das integrantes evidenciaram um índice predominantemente alto, revelando que o bem-estar no projeto está fortemente ancorado no acolhimento comunitário e na conquista da autonomia laboral.

Ao analisar como os processos de autogestão **promovem** laços de reciprocidade com relação à cooperação e ao trabalho coletivo, a fim de proporcionar ótimos resultados de produção, observa-se que essa dinâmica gera satisfação não apenas para as mulheres inseridas naquele ambiente de trabalho, mas também para toda a população externa, como universitários, docentes, servidores e outros frequentadores que transitam diariamente pelo espaço (Singer, 2002). Assim, destacam-se algumas respostas referentes à quinta questão:

E3: “Alto, são todos gente boa [...]”

E4: “Alto. Eu acho que todo mundo é de boa, trata a gente bem[...]”

E5: “Alto. Aqui eles são tranquilos, estão sempre receptivos, não dão muito trabalho não.”

E8: “Alto. Ah é bom, muito bom, isso dá, sabe o quê? Liberdade. Você passa a ter autonomia, transforma principalmente na sua casa, na sua família, isso é muito bom, é uma maravilha. Porque assim, eu já trabalhei pra os outros e é diferente você trabalhar pra os outros do que você trabalhar pra si próprio, você administrar o que é seu. É outra coisa, outra qualidade.”

E9: “Alto. Bem satisfeita com certeza, eu supro todas as minhas expectativas. Assim, sempre que a gente precisa estão nos auxiliando, sempre que a gente tem alguma dúvida eles tão tirando, tá sempre nos auxiliando, nunca nos deixou na mão. Sempre faz reunião também com a gente, porque tem algumas coisas que a gente precisa ainda, que a gente não sabe, eles são nota 10.”

Dentro dessa perspectiva, falas como “Você passa a ter autonomia, transforma principalmente na sua casa, na sua família...” (E8) e “Bem satisfeita com certeza, eu supro todas as minhas expectativas” (E9) **enfatizam** o quanto as vivências obtidas por meio da troca de saberes e do aperfeiçoamento do modo de produção coletivo refletem-se positivamente tanto na vida pessoal quanto na trajetória profissional dessas mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária configura-se como uma alternativa necessária frente aos problemas gerados pelo modelo capitalista vigente, especialmente no que tange ao estímulo à competição desenfreada, à exploração e à concentração de renda. Sob esse prisma, esse ecossistema constitui-se

como um arranjo que busca gerar renda e incentivar o trabalho de forma sustentável, estimulando os sujeitos individuais e coletivos a cooperarem entre si e a desenvolverem suas comunidades.

A autogestão constitui-se como um mecanismo estruturante da economia solidária, pois estimula a participação dos indivíduos, incentiva a democracia e fomenta a cooperação. Entretanto, esse modelo, demanda que preceitos e ideias tradicionalmente enraizados sejam repensados e discutidos cotidianamente, para que a lógica competitiva do mercado e as vivências pregressas de cada trabalhador sejam transformadas em práticas progressivamente mais solidárias e democráticas.

A discussão evidencia a relevância da autogestão para as iniciativas de economia popular e solidária. Além disso, o estudo observa que mecanismos como o diálogo, as deliberações coletivas e o estímulo à geração de renda e ao trabalho são essenciais para sustentar essas práxis e transformar a realidade das trabalhadoras da cantina, contribuindo também para o fortalecimento desse modelo socioeconômico de forma mais ampla.

Dessa forma, o estudo da Cantina Sabores de Vila Feliz revelou que a autogestão se manifesta por meio de reuniões coletivas, tomadas de decisões compartilhadas e da organização horizontal do trabalho entre as trabalhadoras. As potencialidades observadas expressam-se no fortalecimento da autonomia, da autoconfiança e do protagonismo dessas mulheres, tanto no ambiente da cantina, quanto em suas vidas pessoais. Em contrapartida, os desafios residem na necessidade de desconstruir valores competitivos e individualistas herdados do modelo capitalista, exigindo um esforço contínuo de diálogo e aprendizado coletivo.

Portanto, foi possível observar que o processo de autogestão na Cantina Sabores de Vila Feliz, mediado pelo apoio da incubadora, contribui para o desenvolvimento econômico, social e pessoal das trabalhadoras, evidenciando como a economia solidária pode transformar realidades concretas. O exemplo da cantina demonstra que, quando há estímulo à cooperação e à participação igualitária, o empreendimento solidário torna-se não apenas uma fonte de renda, mas um espaço de formação, resistência e mudança social, reafirmando a relevância da economia solidária como alternativa viável ao modelo capitalista.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Rebeca Martins do; WEBERING, Susana Iglesias. A relevância da economia solidária e incubadoras sociais na formação em administração. **Revista da ABET**, v. 21, n. 2, jul./dez. 2022.

AMARAL JÚNIOR, José de Almeida. Economia solidária – alternativa revolucionária em meio ao capitalismo globalizado?. **Cadernos de Pós-graduação**, v. 2, p. 01–08, 2009.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os valores da economia solidária. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 282–317, jan./jun. 2009.

AZEVEDO, Ingrid Santos Círio de; POZZOBON, Christian; CAMPOS, João Geraldo Cardoso; URRUTIA, Sofia Lorena; TEIXEIRA, Clarissa Stefani. Análise das incubadoras universitárias do Brasil. In: 26ª **Conferência Anprotec**, 2016.

BENINI, Édi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 55, p. 605-619, out./dez. 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Economia Solidária; Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES/MTE). 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária: economia popular e solidária como política pública: construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação: documento referencial. Brasília: **SENAES/MTE**, 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária. **Boletim da SENAES**. 85. ed. Brasília, DF: SENAES, jan. 2026.

CALBINO, Daniel; PAULA, Ana Paula de Paes de. A gestão na economia solidária: um estudo nas incubadoras de empreendimentos solidários. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 108–126, jan./jun. 2012.

CANÇADO, Airton Cardoso. Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática. 2004. 134 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – **Escola de Administração**, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

COSTA, Bianca Lima; DIAS, Marcelo Miná; SILVA, Marcio Gomes da. Economia solidária e extensão universitária: vinte anos da incubadora tecnológica de cooperativas populares da Universidade Federal de Viçosa. **Mercado de Trabalho**, Brasília, n. 76, out. 2023.

DAGNINO, Renato. Elementos para uma avaliação das incubadoras universitárias de cooperativas. **Otra Economía**, v. 6, n. 11, jul./dez. 2012.

FARIA, José Henrique. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, nº 3, Artigo 5, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017.

FILHO, Alnary Nunes Rocha; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Economia solidária: alternativa de desenvolvimento, geração de trabalho, renda e resistência à exclusão social. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 95-105, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. Civitas – **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, jan./jun. 2007.

GAIGER, Luiz Inácio. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Revista Sociedade e Estado**, v. 21, n. 2, 2006.

GOERCK, Caroline; FRAGA, Cristina Kologeski. Economia popular solidária no Brasil: um espaço de resistência às manifestações de desigualdade da questão social. Vivências: **Revista Eletrônica de Extensão da URI**, Erechim, v. 6, n. 9, p. 103-111, maio 2010.

INCUBADORA DE INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA. O projeto Cantinas Solidárias. Disponível em: https://incubadorauefs.blogspot.com/p/o-projeto-cantinas-solidarias.html. Acesso em: 01 maio 2026.

LIMA, José Raimundo Oliveira. A economia popular e solidária e a roda de conversa como uma prática docente eficaz: uma reflexão em atividades na Feira do Semiárido/UEFS-BA. **Revista RENOVE**, Camaçari, v. 1, n. 1, 2020.

LIMA, José Raimundo Oliveira; CARVALHO, Wendell Jesus de. Intercooperação: princípio-chave para o fortalecimento do cooperativismo no Brasil. **Revista DCS**, v. 23, n. 86, p. 1-14, 2026.

LISBOA, Armando de Melo. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, São Paulo, v. 45, n. 3, jul./set. 2005.

MEDEIROS, José Washington de Morais *et al.* Empreendimentos econômicos solidários e os desafios da autogestão: prospecção de um protocolo de revisão de escopo. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 11, n. 13, 2022.

MURAD, Elisa Pereira; ABREU, Júlio César Andrade de. Incubadoras universitárias de economia solidária: metodologias em perspectiva. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 9, n. 3, p. 108–130, set. 2016.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão: economia solidária e utopia. **Otra Economia**, v. 2, n. 3, 2. sem. 2008.

NOBRE, Miriam. Mulheres na economia solidária. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz; Unitrabalho, 2003.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, 2005.

OLIVEIRA, Carlyle Tadeu; TELES, Barbara; RODRIGUES, Edgard; CHAVAO, Norma. O papel das universidades no fomento às políticas públicas de economia solidária no Estado do Rio de Janeiro. Diálogo, **Canoas**, n. 49, p. 1–15, maio de 2022.

OLIVEIRA, Gustavo M. de. Economia popular: para além do trabalho informal: reflexões desde a economia solidária e a autogestão. **Otra Economía**, v. 17, n. 31, jan./jun. 2024.

OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008.

OLIVEIRA, Iolanda Lopes de; CLEMENTE, Evandro Cesar. Associativismo rural sob a proposta da economia solidária em projetos de assentamentos rurais da microrregião geográfica de Rondonópolis-MT: análise da Associação "Dando as Mãos". **Revista Eletrônica do Curso de Geografia – Graduação e Pós-Graduação**, Jataí, n. 46, maio/ago. 2023.

OLIVEIRA, Marieli Braga de *et al.* O papel integrador do associativismo e economia solidária na promoção da participação social. In: **Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social**: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental, 2024.

PEREIRA, Camila Amaral; SILVA, Sandro Pereira. Economia solidária como vetor de extensão universitária : uma análise bibliográfica sobre a prática de incubação de cooperativas populares entre 2001 e 2021. Brasília, DF : **Ipea**, fev. 2024.

QUARESMA, Fernando Rodrigues Peixoto; PORTO JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças; SANTOS, Lúcia Córdula dos; SANTOS, Leidson Lima dos. Desafios e oportunidades das incubadoras universitárias: uma análise integrativa. **Revista Educere et Educare**, v. 19, n. 49, Dossiê Educação Universitária, 2024.

RODRIGUES, Tatiana Pacheco; SOGLIA, Maria da Conceição de Menezes; VELLOSO, Tatiana Ribeiro. O papel das incubadoras universitárias na formação em boas práticas de fabricação de alimentos para os empreendimentos da economia solidária. **Gueto**, v. 8, n. 18, dez. 2024.

SANTOS, Raimundo Washington dos. Economia solidária e autogestão: uma alternativa para as relações de trabalho em comunidades. In: **Anais do Seminário de Pesquisa do DLLARTES** 2025.

SILVA, Janecleide Nascimento Santos; SOUZA, Marcela Renata Miranda de; PITA, Flávia Almeida; LIMA, José Raimundo Oliveira. Gestão do trabalho em debate: autogestão solidária em perspectiva de comparação com o empreendedorismo. **Revista DCS**, v. 23, n. 88, p. 1-17, 2026.

SINGER, Paul. Economia solidária: democracia e conflitos entre iguais. Otra Economía: **Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 14–16, 2. sem. 2007.

SINGER, Paul. A economia solidária no governo federal. **Mercado de Trabalho**, Brasília, IPEA, n. 24, ago. 2004.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. São Paulo, 2001.

SINGER, Paul. Entrevista com Paul Singer. Entrevista concedida a Eduardo Santos, Jefferson Mariano e Paula Passanezi por correio eletrônico em maio de 2003. **Revista Gerenciais**, São Paulo, v. 2, p. 3–5, set. 2003.

SINGER, PAUL. Introdução à Economia Solidária / Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Maria de Nazaré Moraes; REBOUÇAS, Sílvia Maria Dias Pedro; LÁZARO, José Carlos. A gestão orgânica de conflitos desenvolvida em empreendimentos formados por mulheres da economia solidária: uma análise pós-colonialista sobre uma prática feminista de autogestão. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, 2024.

SOUZA, André Francisco Domingues de; SILVA, André Pablo Xangai Pinheiro; CHIMENES, Eduarda Aparecida Domingues; TEODOROVICZ, Jeferson. Economia solidária e cooperativismo: a relevância de políticas públicas de incentivo às incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. **Revista Ius Gentium**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 87-111, jan./jun. 2024.

SOUZA, Fernando Rodrigo de. Autogestão produtiva e sustentabilidade econômica em cooperativas de reciclagem: estudo de caso e análise da governança participativa no interior paulista. **Revista REGEO**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 3, p. 1–19, 2026.

TAUILE, José Ricardo; e DEBACO, Eduardo Scotti. Autogestão no Brasil: o salto de qualidade nas políticas públicas. **Indic. Econ**. FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 197-220, maio 2004.

VERARDO, Luigi. Economia solidária e autogestão. **Proposta**, Rio de Janeiro, n. 98, set./nov. 2003.

VERONESE, Marília Veríssimo; SALVAGNI, Julice. Do cooperativismo de plataforma à economia solidária digital. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, [s. l.], n. 79, abr. 2025.